

<b><u>CRIADORES DE GADO NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL (1831-1870)</u></b>	<b>2</b>
<u>INTRODUÇÃO</u>	2
<u>SOBRE AS FONTES</u>	5
<u>A CAMPANHA: CONQUISTA E EXPANSÃO PECUÁRIA</u>	6
<u>PRODUÇÃO AGRÁRIA EM ALEGRETE</u>	8
<u>“HÁ GENTE DE TODO TIPO...”</u>	9
<u>TERRAS PRÓPRIAS E TERRAS ALHEIAS</u>	12
<u>OS ESCRAVOS DO PASTOREIO</u>	14
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	17
<u>BIBLIOGRAFIA REFERIDA</u>	24

## CRIADORES DE GADO NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL (1831-1870)

LUÍS AUGUSTO FARINATTI\*

**Palavras-chave:** Pecuária. Século XIX. Rio Grande do Sul. Escravidão. História agrária.

### Resumo

Ao longo do século XIX, a região da Campanha, localizada na fronteira brasileira com a República do Uruguai, era a principal zona pecuária da província do Rio Grande do Sul. A imagem tradicional de sua economia tem sido a da existência quase exclusiva de grandes estâncias de criação, que produziam gado com mão-de-obra livre. Dessa realidade, teria-se derivado uma sociedade que cabia inteira na dicotomia de grandes estancieiros e seus peões. Neste trabalho, nos propomos a problematizar essa idéia, a partir do estudo de fontes diversas, tais como inventários *post mortem* e documentos administrativos, centrado no município de Alegrete, o maior da Campanha. Percebemos divergências em relação à imagem consagrada: a pecuária era desempenhada também em unidades produtivas de envergadura mediana e pequena, além dos grandes estabelecimentos; a estrutura agrária do município modificou-se bastante ao longo do período estudado; a escravidão permaneceu importante no meado do Oitocentos (ao contrário do que ocorreu na maioria de outras regiões platinas). Enfim, os agentes sociais que levavam a cabo a produção pecuária exigem um estudo mais específico de suas relações sociais e da forma como a vivência em uma região de fronteira condicionou sua experiência histórica.

### INTRODUÇÃO

A historiografia tornou célebre uma imagem específica da Campanha rio-grandense, no século XIX.<sup>1</sup> Do ponto de vista econômico, a região seria uma área de extrema especialização na pecuária bovina, praticada quase que exclusivamente em enormes estabelecimentos, cada um deles contando com milhares de reses. A contra-face social dessa realidade seria uma sociedade rigidamente dicotomizada entre grandes estancieiros e seus peões – estes formariam um estrato de homens livres, no mais das vezes proletarizados, que andejavam buscando conchavo nas estâncias. O trabalho escravo teria tido ali pouca importância, sendo empregado mais fortemente em serviços domésticos e nas lavouras internas aos

---

\*Doutorando em História Social na UFRJ. Mestre em História do Brasil pela PUCRS. Bolsista CAPES.

<sup>1</sup> O termo “Campanha”, para designar uma área específica do território rio-grandense, vem sendo empregado de formas diversas. O mais comum, porém, tem sido designar por “Campanha” a região sudoeste do Rio Grande do Sul, próxima à fronteira do Brasil com o Uruguai, em uma faixa que, partindo da linha de fronteira, alarga-se para o norte até encontrar o rio Ibicuí, no centro do território rio-grandense. Na primeira metade do século XIX, englobava a área dos municípios de Alegrete, Bagé, Uruguaiana e São Gabriel. É assim que empregamos o termo neste trabalho. Uma síntese das diversas configurações da área da Campanha, segundo critérios diferenciados, encontra-se em: Costa (1988).

estabelecimentos pecuários. Em geral, essas afirmações têm sido feitas com base em correspondências administrativas e relatos de viajantes estrangeiros que cruzaram a província no meado do Oitocentos (entre outros: Cardoso, 1962; Cesar, 1979; Freitas, 1980; Pesavento, 1982; Corsetti, 1983; Maestri, 1984). Essas obras foram extremamente importantes porque representaram o trabalho de uma primeira geração de historiadores profissionais no Rio Grande do Sul, que romperam com uma prática historiográfica que se dividia, de um lado, entre uma história factual, bastante presa à crônica militar ou administrativa e, de outro, a ensaios com quase nenhuma fundamentação empírica, que elaboravam uma imagem bastante idealizada do mundo da pecuária sulina, base de uma determinada identidade regional que buscava-se solidificar. Contudo, é preciso também reconhecer que elas seguiram pintando a história sócio-econômica da Campanha de uma maneira essencialmente monocromática. Partindo de sua relevante contribuição, é preciso, portanto, tentar avançar.

Em termos genéricos, a representação da Campanha referida acima, assemelha-se àquela que, por muito tempo, fora empregada para descrever Vice-Reinado do Prata e do Rio Grande de São Pedro no período colonial. No caso desses dois espaços, já contamos com um significativo número de trabalhos que, utilizando variadas fontes documentais, apontaram a existência de realidade agrária muito mais complexa, onde a agricultura entremeava-se à pecuária e um largo estrato de pequenos produtores, tanto lavradores quanto pastores, co-existiam com os grandes estancieiros. A escravidão teria, ali, uma importância que ia muito além das casas senhoriais e das roças e quintas. Os escravos constituíam parte relevante do núcleo de trabalhadores estáveis dedicados ao costeio do gado nos maiores estabelecimentos (para o Rio Grande do Sul colonial: Osório, 1999; Hameister, 2002; Gil, 2002; para o Vice-Reinado do Prata, ver o balanço historiográfico de: Garavaglia e Gelman, 1998). No caso do Prata, já existem também trabalhos análogos para o século XIX, tanto para a época que se estende das guerras de independência ao meado do século (a grande fase de expansão da pecuária bovina) quanto para o período posterior (por exemplo, os textos compilados por: Gelman, Garavaglia e Zeberio, 1999; e também: Schmitt, 2004).

No caso do Rio Grande do Sul, por outro lado, o quadro historiográfico referente ao século XIX é menos animador. Os estudos específicos de história econômica e social privilegiaram as áreas de colonização com imigrantes alemães e italianos, sendo que os trabalhos sobre as regiões de predominância pecuária, empregando de maneira intensiva a rica base documental existente nos arquivos do estado, estão ainda em seu princípio. Ainda assim, esses estudos já permitem a percepção de uma realidade agrária mais complexa em várias regiões da província. Por exemplo, na região do Planalto (norte da província), a pecuária dividia espaço com a agricultura e, sobretudo, com a extração de erva-mate. Ali, um importante estrato de pequenos lavradores e ervateiros buscavam sobreviver nas regiões florestais e, conforme avançou o século, precisaram enfrentar a voracidade das companhias colonizadoras e de especuladores

fundiários, que promoviam a instalação de colônias imigrantes naqueles espaços (Zarth, 1997 e 2003). Também foi possível perceber a existência de uma configuração agrária complexa no centro-oeste da província (municípios de Santa Maria e Itaqui) onde, a despeito da inexistência de ervais, os criadores de gado praticavam a agricultura em uma escala importante e, além disso, um estrato significativo de lavradores produziam uma policultura de alimentos nas regiões florestais, empregando as técnicas de queimadas e derrubadas, comuns em todo o Brasil (Farinatti, 1999; e Folleto, 2002). O emprego do trabalho escravo nas atividades pecuárias também foi sinalizado por esses trabalhos, ainda que os mesmos não tenham se detido nele de forma mais detalhada. No que se refere à Campanha, principal área de criação de gado da província, tem grande interesse o trabalho de Bell (1998). O estudo se concentra no processo de modernização da pecuária ocorrido nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Contudo, traz um capítulo introdutório onde o autor traça, em linhas gerais, as características da “pecuária tradicional” praticada na região na nos inícios e meados do Oitocentos. Ainda que utilize apenas fontes qualitativas, o autor monta um interessante painel para aqueles que se debruçam sobre as condições da pecuária na região. Por fim, em artigo recente, Graciela Garcia comparou a composição dos patrimônios produtivos presentes em inventários do município de Alegrete, nas décadas de 1830 e 1870. A autora chamou atenção para a vertiginosa ascensão na participação que as terras tiveram no total dos bens inventariados, para a forma como esse fato representou uma modificação para aqueles que procuravam iniciar a atividade criatória e também como aquele fator se refletiu em diferenças na composição do patrimônio dos grandes estancieiros em uma e outra década (Garcia, 2005).

De qualquer forma, principalmente no que se refere à Campanha, seguimos carentes de estudos mais específicos, realizados com base em fontes ainda não exploradas, que ajudem a tomar a imagem consagrada daquelas áreas e colocá-la em questão: problematizando-a, podendo confirmar parte de suas conclusões e contrapor-se a outras. Nesse sentido, empregamos o conjunto de inventários *post mortem* referentes à Alegrete, o maior município da Campanha, entre 1831 e 1870, para estudar algumas das questões centrais da visão clássica acerca das regiões pecuárias do Rio Grande do Sul oitocentista. Lembramos que a visão ainda dominante apresenta a paisagem agrária da Campanha como composta, quase que exclusivamente, por grandes estabelecimentos pecuários, associada a uma sociedade cindida entre os grandes estancieiros, de um lado, e de outros os homens livres pobres que lhes serviam de peões e alguns poucos escravos. Não conhecemos, porém, os números que justificam essa supremacia da grande criação, nem temos bases empíricas que permitam afirmar a existência de uma configuração social organizada naqueles termos. Assim, é pertinente elaborar questões, muito básicas, sobre: os tipos de produção levados a efeito na Campanha, as unidades produtivas que os desempenhavam, os grupos sócio-

econômicos envolvidos com elas, a presença e o papel do trabalho escravo naquela economia e sociedade. Os inventários *post mortem* permitem começar a responder essas questões.

Em textos anteriores, tratamos especificamente sobre o primeiro e o último desses temas, quais sejam: as atividades produtivas (Farinatti, 2005a) e a presença do trabalho escravo (Farinatti, 2004 e 2005b). Por sua vez, no presente artigo, procuramos realizar uma análise da concentração dos rebanhos e de sua evolução no período proposto, aliando-a às conclusões dos trabalhos anteriores, em busca de visualizar, de forma um pouco mais específica, tanto a extensão da grande criação na Campanha quanto a presença e as características de produtores de espectro econômico mais modesto. Dado seu caráter inicial, este trabalho, bem como os três artigos referidos acima, não têm por ambição dar explicações completas e perfeitamente estruturadas, e sim problematizar alguns dos traços centrais da visão clássica sobre as regiões pecuárias do Rio Grande do Sul, realizar uma caracterização inicial daquela realidade sócio-econômica e propor questões a serem desenvolvidas no futuro.

#### SOBRE AS FONTES

As principais fontes documentais deste trabalho são os inventários *post mortem*. O tratamento que lhes é dado, aqui, aproveita-se de seu caráter reiterativo e homogêneo, que permite a agregação dos dados para estudo. Naturalmente, esta não é a única forma de trabalhar com tais fontes, embora seja talvez a mais conhecida. Os inventários são fontes riquíssimas também para análises qualitativas, onde se pode empregar peças, em geral, ignoradas, como a “alimpação da partilha”, as “justificações” e diversas petições juntadas ao processo nas quais as “partes” fazem relatos que permitem recuperar trajetórias patrimoniais e histórias familiares. No entanto, para os fins específicos deste artigo, centramos nossa atenção nas conhecidas “descrições e avaliações de bens”, que permitem um acesso rápido e bastante confiável ao patrimônio pertencente ao titular do inventário – já que, ao menos se supõe os herdeiros estariam atentos às eventuais omissões e distorções eventualmente ocorridas.

Algumas ressalvas devem ser feitas aqui. No caso de Alegrete, entre 1831 e 1870, não há como testar com rigor a representatividade desta fonte. O município era muito extenso e sua densidade populacional, bastante baixa, o que poderia implicar em dificuldades para a abertura de inventários por intermédio dos moradores de áreas mais distantes. Como se não bastasse, houve uma guerra de permeio. A Revolução Farroupilha (1835-1845) teve a Campanha como teatro de operações e Alegrete foi a última das três capitais da República Rio-grandense.

Porém, apesar disso, exatamente naquele período e espaço tratados, o conjunto de inventários *post mortem* assume uma importância singular para o estudo de história econômica e social. Ali, não restaram

quaisquer fontes de caráter censal, semelhantes às listas nominativas e mapeamentos de população, que apontam os moradores por “fogos”, muitas vezes indicando sua ocupação, sexo, estado civil, cor, estatuto jurídico, etc., freqüentes em outras épocas e regiões, tanto do Prata quanto do Brasil colonial e do século XIX. Por conseguinte, em que pese suas limitações (e é preciso tê-las sempre em mente), os inventários, com suas descrições dos conjuntos totais dos patrimônios, das dívidas, dos filhos sobreviventes e tudo mais, são insubstituíveis como fontes para o estudo daquela economia e sociedade. Foram levantados 232 processos, sendo que 204 tiveram efetivo prosseguimento, e 181 deles possuíam bens rurais.<sup>2</sup> O fato de que apenas 23 inventários, em um total de 204, eram exclusivamente urbanos, é um importante indicativo de que se está diante de uma realidade onde havia um predomínio avassalador das atividades agrárias.<sup>3</sup> Esse percentual de cerca de 11% significa menos da metade dos 26% de inventários exclusivamente urbanos que Helen Osório encontrou, ainda no período colonial (entre 1765 e 1825) para todo o Rio Grande de São Pedro (Osório, 1999). Se, naquele contexto, a autora pôde apontar que um tal percentual indicava uma urbanização ainda incipiente, o que dizer então de Alegrete no meado do século XIX?

#### A CAMPANHA: CONQUISTA E EXPANSÃO PECUÁRIA

A conquista, apropriação e a ocupação estável, pelos luso-brasileiros, do território que seria chamado de “Campanha”, aconteceu de forma efetiva nas primeiras décadas do século XIX. Ela se deu no contexto do avanço luso sobre os territórios disputados com o Império espanhol, nas regiões a oeste das possessões portuguesas que conformavam os limites imprecisos do Rio Grande de São Pedro. Aquele processo foi impulsionado pelo desenvolvimento da produção charqueadora no litoral rio-grandense, para onde era escoada a produção pecuária das zonas recém incorporadas. O charque produzido no litoral conectava o Rio Grande do Sul, especialmente, com as regiões da grande lavoura exportadora no norte, através dos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (Osório, 1999).

---

<sup>2</sup> “Inventários post mortem. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível. Cartório da Provedoria. Alegrete. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS).” Para a composição dessa amostragem, foram levantados todos os inventários do período que se estende de 1831 até 1850 e todos os processos de um a cada dois anos, entre 1851 e 1870. Esse procedimento foi adotado em razão de que os anos que se estendem entre 1831 e 1850 abrigam o menor número processos. Não há dúvidas que a guerra e a necessidade de reordenação da vida que ela deve ter imposto a muitos, teve aí uma parcela de responsabilidade. Contudo, essa desproporção também se deve ao fato de que ocupação estável daquelas terras data apenas das primeiras décadas do século XIX e a população do jovem município, na primeira metade do século, era certamente menor do que nas décadas seguintes.

<sup>3</sup> Consideremos exclusivamente urbanos os inventários em que não constava nenhum imóvel rural e sim terrenos e casas na vila de Alegrete e que, além disso, não possuíssem mais do que 50 animais. Para aqueles que não possuíam quaisquer imóveis, consideramos exclusivamente urbanos os inventários daqueles cuja residência fosse na vila e não no meio rural e que, além disso, também não possuíssem mais de 50 animais. A indicação de residência aparece sempre na primeira peça do processo, que consistia em um requerimento do interessado ou, no mais das vezes, uma citação por parte da autoridade para que se começasse a proceder ao inventário.

Após 1801, o domínio sobre os territórios dantes pertencentes aos “Sete Povos” das Missões Orientais do Rio Uruguai esteve em renhida disputa. O controle português, depois brasileiro, conseguiu efetivar-se ao norte do Rio Ibicuí. Ao sul desse rio, em uma área que se estendia até o Rio Negro, as pastagens naturais eram ricas e os campos cobriam um terreno levemente ondulado, manchado por pequenas zonas florestais em forma de “capões” ou margeando o leito dos rios. No final da terceira década do Oitocentos, após as guerras de independência e as campanhas cisplatinas, a fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai alcançou relativa estabilidade, mas seus limites definitivos demorariam ainda algumas décadas para serem firmados (Golin, 2002 e 2004). A região que se iniciava no rio Ibicuí, ao norte, estendia-se até o rio Quaraí e, informalmente, alcançava o Arapeí, conformava a área notória da grande criação empreendida por pecuaristas brasileiros. Para além disso, em outras regiões ao norte do Rio Negro, dentro da República do Uruguai, a presença de criadores brasileiros também se fazia sentir fortemente, ao longo do século XIX. Essa era uma zona fronteira onde os limites eram bastante permeáveis, abrigando um ativo comércio, fosse ele lícito ou não, e também uma permanente circulação de gado, homens livres e escravos, além do estabelecimento de relações sociais e familiares, conflitos e alianças políticas, solidariedades e confrontos (Souza e Prado, 2004). Tendo claro esses fatores, é preciso ressaltar que este trabalho, em razão de seu caráter inicial, pouco poderá avançar no que se refere ao estudo das relações entre as populações que se estabeleciam de ambos os lados da fronteira e transitavam de uma a outra parte. Aqui, iremos nos deter no município de Alegrete, onde estava localizado o maior rebanho vacum da Campanha.

Ao longo da época que se abriu com o final das Guerras Cisplatinas (1828) e se estendeu até o final da década de 1860, a produção pecuária e seus “efeitos” (os couros, o gado em pé e, sobretudo, o charque) ocuparam a hegemonia da economia rio-grandense. O trigo que, em fins do período colonial, acompanhara de perto as exportações derivadas da criação sofreu, no início da década de 1820, uma crise da qual não se recuperaria senão na era da produção mecanizada, na longínqua segunda metade do século XX. Por outro lado, a comercialização de produtos agrícolas originários das colônias de imigrantes alemães, depois italianos, localizadas no norte da província, somente ultrapassou as exportações derivadas do gado na década de 1870. Essa pecuária era empreendida em todo o território da província, mas seu *locus* por excelência, aquele onde estava a maior parte dos animais e as terras mais apropriadas para a atividade, era a Campanha. Os dados resultantes de um censo agrário, realizado em 1859, dão clara medida dessa situação: dentre os municípios da província que detinham os maiores rebanhos, os dois

principais localizavam-se na Campanha. O primeiro era Alegrete, com 772.232 cabeças de gado vacum, contra 531.640 reses em Bagé, que vinha a seguir.<sup>4</sup>

## PRODUÇÃO AGRÁRIA EM ALEGRETE

Começamos por traçar um quadro geral da produção agrária em Alegrete, a partir dos dados obtidos nos inventários *post mortem*. Tomemos os dados da tabela “1”. Como se pode notar, através dos dados da tabela, o predomínio da criação de gado vacum é inegável.<sup>5</sup> Em todas as décadas, os vacuns lideravam tanto em número de animais quanto no valor que os diversos rebanhos atingiam na soma das avaliações presentes nos inventários *post mortem*. Ainda assim, existiram variações conjunturas importantes. Conforme procurei demonstrar em texto anterior, a queda na presença de vacuns nas décadas de 1840 e 1850 deveu-se a uma nefasta conjunção de secas, epizootias e, sobretudo, de guerras (Farinatti, 2005a). A Revolução Farroupilha (1835-1845) teve na Campanha um de seus principais teatros de operações. Ao mesmo tempo, a Guerra Grande (1839-1852) desorganizou a produção no norte da República do Uruguai, onde muitos estancieiros brasileiros estavam instalados ou tinham relações comerciais e familiares (Barrán e Nahum, 1967). Ao mesmo tempo, uma elevação no preço do gado, ocorrida principalmente na década de 1850, compensou a redução dos animais e os vacuns puderam manter os percentuais que ocupavam no tocante aos valores do gado inventariado. Na década seguinte o processo foi inverso. Os rebanhos se recuperaram, mas o preço do gado despencou, gerando uma crise de proporções nada desprezíveis na economia da região (Farinatti, 2005a).

Assim como ocorrera no início do século, na época de conquista e apropriação da Campanha, ao longo do oitocentos a produção bovina seguia tendo como principal destino as charqueadas do leste da província (Bell, 1998). Conexões mercantis com comerciantes ou estancieiros que atuavam no Prata também podiam colocar os produtores da Campanha em contato com os “saladeros” orientais e entrerrianos. De qualquer forma, o que é importante ressaltar aqui, é que os estabelecimentos pecuários da Campanha, ao longo do século XIX, estiveram voltados fundamentalmente para a venda de gado em pé para a fabricação de charque. A extração e venda do couro, bem como a venda de animais para o abastecimento dos pequenos núcleos urbanos da Campanha tinham, naquele contexto, um papel claramente subsidiário.

Por outro lado, é preciso notar que, embora a produção de gado vacum fosse mesmo a principal vocação produtiva dos estabelecimentos da Campanha, uma série de produções acessórias – fosse a criação de

---

<sup>4</sup> “Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio”. Estatísticas, m. 02, 1858. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

<sup>5</sup> As informações deste tópico encontram-se aprofundadas e fundamentadas empiricamente em artigo recentemente publicado (Farinatti, 2005). Aqui, o objetivo é apenas apresentar um quadro geral da produção agrária em Alegrete.



outros tipos de gado ou a agricultura de alimentos - fazia com que essa especialização estivesse longe de ser absoluta. A produção de potros para venda, tanto de animais xucros quanto de cavalos mansos, encontrava vazão, sobretudo, nos corpos militares que estavam instalados na região mesmo em tempo de paz e, tanto mais, no abastecimento dos exércitos em tempos de guerra. Já a produção de muares conectava a Campanha com a feira de Sorocaba, na província de São Paulo, através de antigos caminhos, trilhados desde os tempos coloniais, passando por Lages e pelos Campos Gerais do Paraná rumo ao norte. Conjunturas favoráveis, como aquela ocorrida durante a década de 1850, permitiam o incremento e a ampliação da difusão da produção e comércio de muares. Esta parece ter sido, ao longo do período tratado, uma produção complementar, colocada em prática pelos criadores quando o mercado apresentava condições favoráveis. Por sua vez, a criação de ovinos e a produção lanígera experimentaram um incremento nas décadas de 1850 e 60, mas ela esteve muito longe de se assemelhar à expansão produtiva ocorrida na Argentina e no Uruguai naquelas mesmas décadas (Bell, 1998; Farinatti, 2005a).

Por fim, a agricultura de alimentos (feijão, mandioca, trigo, farinha) teve um espaço restrito, mas seguro em Alegrete. De um lado, havia estabelecimentos pecuários onde não era levada a cabo praticamente nenhuma agricultura, e que precisavam adquirir no mercado todos os produtos de que necessitavam para o “sustento da casa”. De outro, havia um pequeno número de chácaras agrícolas e de unidades mistas, onde a produção de milho e farinha rivalizava em importância com o gado. Entre esses extremos, estava localizada uma maioria de estabelecimentos que produziam pequenos excedentes agrícolas comercializáveis. Elas colocavam esses produtos nas mesmas casas comerciais em que adquiriam outros alimentos de origem vegetal. Assim, o fato de que uma estância praticasse agricultura não significava que estivesse buscando uma política de estrita auto-suficiência em termos de abastecimento de víveres. Na verdade, o que parece é que garantiam a manutenção de alguns produtos e, com seus excedentes, participavam do mercado procurando obter os que lhes faltavam (Farinatti, 2005a).

“HÁ GENTE DE TODO TIPO...”

Se, no tocante às principais produções de Alegrete, pode-se perceber a existência de algo próximo da imagem tradicional da Campanha como “pátria da pecuária”, no que se refere à questão da envergadura econômica dos criadores, por outro lado, aquele estereótipo estava distante do que mostram os dados dos inventários. Em se tratando de um contexto de clara supremacia da pecuária bovina entre as atividades agrárias, é lícito empregar o vulto dos rebanhos de gado *vacum* possuídos por cada produtor para formular

uma estratificação preliminar dos pecuaristas locais.<sup>6</sup> Naturalmente, esse procedimento não basta para a reconstrução de uma hierarquia social local, nem mesmo dos criadores de gado. Todavia, creio que ela constitua uma base pertinente e útil para dar início ao debate. Vejam-se os dados da tabela “2”. Os dados dos inventários apontam para o fato de que havia uma marcante desigualdade econômica em Alegrete, expressa não apenas na propalada dualidade “estancieiros e peões”, mas inclusive entre aqueles que desenvolviam a pecuária. Na tabela “2”, os primeiros estratos colocam em evidência um grupo de criadores que alcançava um vulto produtivo digno da imagem tradicional dos grandes estancieiros. Possuíam rebanhos que ultrapassavam as 2.000 cabeças de gado, em alguns casos divididas em mais de um estabelecimento produtivo. Totalizavam cerca de 18% dos produtores da amostra, mas concentravam quase 58% do rebanho. O segundo segmento, formado pelos que possuíam entre 1.001 e 2.000 reses, também gozava de boa posição naquele universo agrário: o percentual de gado que possuíam era quase o dobro dos pouco mais de 11% que representavam no total dos inventariados.

Os trabalhos que têm se dedicado ao mundo rural da região platina, no período colonial, vêm considerando a marca das 1.000 reses como um limite abaixo do qual se estaria mergulhando no mundo dos criadores medianos (Garavaglia, 1993; Gelman, 1998; Osório, 1999). Analisando o quarto estrato dentre os criadores representados na tabela “2”, aqueles cujos rebanhos eram formados por algo entre 501 e 1.000 reses, é possível perceber ao menos um ponto que parece corroborar aquela idéia. Pela primeira vez, o percentual representado pelos inventariados é maior do que o referente ao rebanho que possuíam. Na verdade, são os percentuais que se encontram em maior harmonia, o que torna razoável empregar para eles a denominação de criadores de médio porte

Seguindo para baixo na tabela, entra-se no grupo dos pequenos criadores, que não superavam as 500 cabeças de gado vacum que, no melhor dos casos, poderiam marcar de 100 a 125 crias por ano. Formavam 1/3 dos criadores da amostra, mas não chegavam a possuir 8% do rebanho. Para além deles, localizava-se o estrato dos que possuíam menos de 100 reses. Em seu trabalho sobre o período colonial, Helen Osório verificou que as fontes coevas nem mesmo utilizavam o termo “criador” para designar qualquer dono de um rebanho daquelas dimensões (Osório, 1999). Isso sugere que eles deveriam desempenhar também outra atividade econômica além da pecuária, para complementar suas rendas. É o mesmo que apontou Juan Carlos Garavaglia, quando analisou um grupo agrário semelhante na Campanha de Buenos Aires no final do período colonial (Garavaglia, 1993). Em Alegrete, eram cerca de 23% dos inventariados e possuíam algo em torno de 4% do rebanho. Agregando estes dois estratos menos

---

<sup>6</sup> Os dados aqui apresentados referem-se aos produtores e não às unidades produtivas. Assim, nos casos dos que possuíam mais de um estabelecimento rural, o gado destes foi somado para se alcançar o total de gado possuído pelo inventariado no momento da avaliação de seus bens.

afortunados dentro do que poderíamos chamar, *grosso modo*, de “pequenos criadores”, encontramos a maioria absoluta dos inventariados (cerca de 57%), possuindo não mais do que 12% do rebanho vacum.

Um último fator que permite dizer que esta era uma prática de criação em “pequena escala” e pensar que seu desempenho uma lógica econômica diversa da grande pecuária, está relacionada com a mão-de-obra que ela exigia. Aqueles que criavam até 500 reses poderiam, em tese, manter a produção pecuária com apenas um ou, no máximo, dois trabalhadores regulares, precisando do concurso de mão-de-obra eventual apenas nos eventos da marcação e castração. Ou seja, era possível manter uma criação nesses níveis com trabalho familiar ou com o emprego de apenas mais um trabalhador, fosse ele um escravo campeiro ou mesmo um peão livre. Isso reduzia em muito os custos anuais de operação desses estabelecimentos e submetia suas condições de reprodução e sua viabilidade a critérios diversos daqueles que eram válidos para as grandes estâncias.<sup>7</sup> Aliás, era exatamente daquelas famílias que vinha ao menos parte daqueles que procuravam trabalho regular ou eventual como peões nas grandes estâncias, tornando seu estudo imprescindível não apenas para a análise da sociedade como um todo, mas da própria dinâmica histórica dos grandes estancieiros.

Enfim, o mundo que emerge da análise dos inventários é um tanto mais complexo do que a imagem consagrada. É fato que a expansão pecuária desencadeada nas primeiras décadas do século XIX, com a conquista e ocupação estável da Campanha pelos luso-brasileiros, criou um universo agrário onde havia pecuaristas de enorme vulto. No período seguinte, entre 1831 e 1870, os grandes estancieiros marcavam presença de forma decisiva em Alegrete. Se tomados todos os inventários do período, o percentual de criadores com mais de 1.000 reses é bastante alto (29,3%), tanto mais se comparado aos 10,3% encontrado por Osório entre 1765 e 1825, o que permite caracterizar a região como uma zona dominada pela pecuária em grande escala.<sup>8</sup> Entretanto, esses senhores de terras, de gado e de homens não estavam sozinhos. Pelo contrário, a maioria absoluta dos produtores era de medianos ou pequenos criadores. Em outras palavras: mais da metade daqueles que criavam gado em Alegrete não tinha mais do que 500 reses. Ainda que concentrassem uma parcela muito modesta do rebanho, eles eram socialmente muito representativos. Nem seria preciso lembrar que os inventários *post mortem* são uma fonte que tendem a sobre-representar as camadas mais favorecidas da sociedade. Ou seja, entre os limites do quadro traçado acima está o de que, provavelmente, os pequenos produtores estivessem presentes de forma ainda mais importante naquele universo. Enfim, parece mesmo que os criadores de gado não podem ser tratados de forma monolítica.

---

<sup>7</sup>Essa é uma observação feita por Jorge Gelman em seu estudo sobre os estabelecimentos de criação na Banda Oriental em fins do período colonial (Gelman, 1998). Em um artigo recente, procurei apontar a centralidade do trabalho familiar para os criadores com menos de 500 reses nos municípios de São Borja e Santa Maria, na mesma província do Rio Grande do Sul, na década de 1850 (Farinatti, 2003).

<sup>8</sup>Essa diferença já poderia ser esperada, pois os inventários trabalhados pela autora referem-se a todo espaço do Rio Grande do Sul naqueles anos, englobando desde regiões francamente pecuárias até áreas onde a produção agrícola tinha presença marcante (Osório, 1999).

Por outro lado, se tomarmos os números da concentração de rebanhos e os desdobramos no tempo, aparecem variações significativas, que indicam transformações importantes na estrutura de posse de gado em Alegrete, ao longo do período estudado. Veja-se o gráfico “1”. O primeiro fato notável é a expressiva e constante diminuição do percentual de grandes produtores ao longo do tempo. Os que possuíam mais de 1.000 reses atingiam impressionantes 50% entre 1831 e 1840. Eles passaram a representar, nas décadas seguintes, respectivamente: 30, 23 e 17%. Enquanto isso, os que tinham até 500 reses fizeram o caminho inverso: partiram de cerca de 35% na década de 1830, passando para 53% na seguinte e daí para 61% no terceiro período até atingir algo em torno 72% na década de 1860. Esse movimento da configuração agrária local sofreu forte influência das condições pelas quais era praticada a pecuária naquele contexto histórico específico. Porém, antes de prosseguir, é interessante investigar o percentual de criadores que produziam em terras próprias.

#### TERRAS PRÓPRIAS E TERRAS ALHEIAS

Consideremos os dados da tabela “3”. Nos campos de Alegrete, em meados do Oitocentos, os índices gerais de propriedade eram altos, alcançando uma média superior aos 50% mesmo para os pequenos criadores. Sem dúvida, existiam produtores com mais de 1.000 reses que não eram donos das áreas onde pastavam seus rebanhos e bem mais numerosos eram os criadores de algumas centenas, ou mesmo dezenas de reses que, no entanto, eram proprietários de terras. Porém, não havia criadores sem terras entre aqueles que possuíam mais de 2.000 reses e o percentual de proprietários tendia a baixar nos estratos inferiores daquela hierarquia. Dessa forma, havia uma vinculação entre a propriedade da terra e a possibilidade da criação em grande escala. Além disso, o fato de que todos os criadores que possuíam mais de 2.000 reses eram sempre proprietários de terras constitui-se em mais um elemento a contribuir para considerá-los um grupo privilegiado mesmo dentro do que chamamos aqui de “grandes criadores”. Por outro lado, todos os estratos de medianos e pequenos criadores apresentaram uma tendência ascendente, ao longo do período estudado, nos percentuais daqueles dentre eles que eram proprietários de terra.<sup>9</sup>

Conjugando os dados da tabela “3” com os números representados no gráfico “1”, aparece uma importante diferença entre os diversos sub-períodos trabalhados. Na década de 1830, a estrutura agrária de Alegrete estava fortemente marcada por grandes estancieiros, proprietários de vastas extensões de terra e de rebanhos que podiam ultrapassar as 2.000 e, às vezes, mesmo as 10.000 cabeças de gado vacum. Note-se que, mesmo então, pequenos e medianos criadores de gado já se faziam presentes, formando a metade

do total de inventários da amostra para essa década. Entretanto, não mais do que um terço destes pecuaristas mais modestos era dono das terras onde tinha o seu gado – no caso dos que possuíam até 100 reses esse número cai ainda para cerca de 1/6. Grandes criadores que concentravam as terras em suas mãos e pequenos criadores, em maioria, sem terras: a estrutura agrária da década de 1830 ainda refletia fortemente o contexto das primeiras décadas do século, quando houve a apropriação de grandes extensões de terra através de doação de sesmarias na Campanha e a formação de grandes estâncias de criação. Os que procurassem empreender a pecuária em escala modesta deveriam, em geral, lançar mão de formas de arrendamento ou de ocupação da terra “a favor”, sob permissão do proprietário.<sup>10</sup>

Em nenhum dos casos de criadores sem terras encontramos a transmissão de nada análogo às “situações” descritas por Hebe Mattos, em seu estudo sobre o município de Capivary, na província fluminense (Mattos de Castro, 1987). Ou seja, a possibilidade de uso da terra, as benfeitorias e plantações realizadas por esses ocupantes de campos alheios parecem não ter lhes gerado direitos que pudessem ser transmitidos a seus herdeiros. Em seus inventários constam apenas gado e, eventualmente, escravos e bens móveis. Essa situação parece caracterizar uma maior fragilidade desses produtores perante o proprietário das terras onde viviam.<sup>11</sup>

Entretanto, os dados analisados mostram também que a configuração agrária que caracterizara o município, na década de 1830, experimentou modificações nos períodos posteriores. Em primeiro lugar, a proporção geral de proprietários de terras aumentou: era de cerca de 60% nas duas primeiras décadas e passou para quase 80% nas duas últimas. Essa variação se deveu, substancialmente, às alterações ocorridas nos estratos inferiores da hierarquia dos pecuaristas locais. A presença cada vez mais significativa de pequenos produtores ao longo do período, evidenciada pelo gráfico “1”, foi acompanhada pelo aumento da proporção daqueles dentre eles que eram proprietários de terras. Ao mesmo tempo, conforme aponta o gráfico “2”, houve uma ascensão impressionante no percentual ocupado pelas terras nos patrimônios descritos nos inventários estudados.

Na década de 1830, o gado ocupava uma posição majoritária, compondo cerca de 53% do valor dos patrimônios produtivos. As terras e benfeitorias rurais vinham em segundo lugar, sem conseguir chegar a 30%. Nas décadas de 1840 e 1850, os bens de raiz rurais passaram à frente, com 44 e 42%,

---

<sup>9</sup> Para uma análise mais detalhada da evolução do valor das terras em Alegrete, na década de 1830 e na de 1870, ver o artigo já citado de Graciela Garcia (Garcia, 2005).

<sup>10</sup> Contudo, em apenas 01 caso estava expresso que se tratavam de terras arrendadas.

<sup>11</sup> Em artigo recente, Maximiliano Mac Menz comparou os inventários referentes ao período da Revolução Farroupilha (1835-1845), de Alegrete e São Borja, dois jovens municípios pertencentes à área desmembrada da antiga Fronteira de Rio Pardo. O autor demonstrou uma maior presença de grandes produtores em Alegrete e sugeriu que a concentração de terras empreendida por eles servia como uma forma tanto de conseguir mão-de-obra como de angariar o domínio sobre aqueles que ali viriam arranchar-se. Por ora, cabe apenas registrar que as conclusões do autor também aponta para a caracterização de Alegrete como uma área dominada pela grande criação de gado, na década de 1830 (Menz, 2002).

respectivamente, mas a situação era de relativo equilíbrio, pois o gado atingiu 36% do total dos patrimônios produtivos nos mesmos períodos. Nessa época, a diminuição dos rebanhos foi compensada por uma elevação no preço dos animais. A década de 1860 completou a tendência de ascensão das terras e radicalizou esse quadro. O conjunto das terras e benfeitorias alcançou a impressionante marca de 70% do valor total dos patrimônios, enquanto o gado, cujos rebanhos cresciam mas os preços haviam baixado muito, chegava a apenas a 17%, sua menor participação em todo o período estudado. O percentual ocupado pelos escravos manteve-se estável durante as décadas de 1830, 1840 e 1850. Eles apenas diminuíram sua participação nos patrimônios ao longo da última década analisada, quando tanto seu número quanto seu preço sofreram quedas. Os equipamentos e instrumentos de trabalho, por sua vez, ficaram sempre em torno de 1%, demonstrando a manutenção de um nível tecnológico baixo, comum a todos os sistemas agrários extensivos.

Por seu turno, a ascensão na participação das terras nos patrimônios produtivos parece ter se devido, sobretudo, a uma verdadeira valorização daquele bem, conforme mostram os dados da tabela “4”. A valorização das terras ao longo do período estudado pode ter se devido a uma série de fatores. Entre eles, poderia estar a ampliação demográfica em um contexto de fronteira agrária fechada, a diminuição da frequência das guerras no local ou em áreas vizinhas entre 1851 e 1864 e a própria aplicação de Lei de Terras no local. É bastante interessante o fato de que, mesmo com o preço da terra em contínua elevação, os criadores de menor vulto tenham apresentado percentuais também crescentes de propriedade. É possível que muitos desses patrimônios onde constam a propriedade da terra aliada a rebanhos modestos sejam resultado do fracionamento de antigas estâncias por partilhas hereditárias, aliada à ausência de um incremento tecnológico que permitisse uma ampliação significativa do número de reses que era possível criar em determinada quantidade de campo. Contudo, essa é uma explicação que está longe de resolver o problema de forma definitiva. Na verdade, esse é um tema que exige um estudo específico, vinculado a uma análise detalhada das formas de acesso à terra, de sua circulação e distribuição em Alegrete, no meado do século XIX. Esse aprofundamento é impossível de realizar dentro das dimensões deste artigo. Ainda assim, creio ser pertinente, ao menos, assinalar aqui a existência desses fenômenos.

## OS ESCRAVOS DO PASTOREIO

A produção pecuária era levada a cabo, em Alegrete, através de uma associação de trabalho escravo e livre. Estamos, aqui, diante de um padrão semelhante ao existente no período colonial, tanto no Rio Grande de São Pedro, quanto no Vice-Reinado do Prata (Osório, 1999; Garavaglia, 1999; Gelman, 1998). Em estudo anterior, investigamos a composição da força de trabalho empregada diretamente no costeiro do

gado, nos estabelecimentos pecuários de São Borja e Santa Maria, dois municípios vizinhos a Alegrete pelo norte, onde se praticava uma pecuária de menor vulto do que na Campanha (Farinatti, 2003). Com base em uma espécie de “censo agrário”, realizado por demanda da presidência da província, em 1858, foi possível constatar que os escravos formavam um percentual estável de mão-de-obra para criadores de gado de todas as envergaduras econômicas, exceto para aqueles que criavam menos de 100 reses. No caso dos grandes criadores, peões livres eram conjugados aos escravos campeiros. Já no caso dos pequenos criadores, a principal forma de mão-de-obra era a familiar, muitas vezes combinada com um ou dois escravos. Essa parece também haver sido a tônica em Alegrete, onde o núcleo estável da mão-de-obra nas grandes estâncias era composto por uma conjugação de trabalho escravo e peões livres. Ao lado deles, era contratada mão-de-obra auxiliar nos períodos de maior demanda laboral, como as épocas de castração e marcação do gado jovem, além do emprego de trabalhadores eventuais para tarefas esporádicas, como a realização de “recrutas” do gado que andava evadido da estância.<sup>12</sup>

Assim, a longo de grande parte do século XIX, o trabalho escravo formou uma parte essencial da mão-de-obra empregada nos estabelecimentos de criação da Campanha. Para este tema, é possível valer-se das conclusões de dois artigos anteriores. Eles foram escritos a partir do mesmo conjunto de inventários trabalhados aqui e foram dedicados especificamente ao tema da presença dos cativos em Alegrete e de seu emprego nas diversas tarefas dos estabelecimentos de criação (Farinatti, 2004 e 2005b). A única estatística provincial de que se dispõe, no período tratado, aponta para uma presença de cerca de 24% de escravos dentre o total da população de Alegrete (eram 2.525 pessoas, em uma população total de 10.699) em 1859, portanto, nove anos após a proibição do tráfico atlântico de cativos. Esse é um número menor do que aquele presente nas regiões da província onde estavam instalados estabelecimentos saladeiris (pouco menos de 40%), mas superiores a áreas agrárias onde era praticada uma pecuária em menor escala, conjugada com a extração de erva-mate e a agricultura de alimentos, como em Cruz Alta, município localizado no norte do Rio Grande do Sul, onde o percentual chegava apenas aos 15% (Fundação de Economia e Estatística, 1981: p. 69).

Na década de 1830, os plantéis eram compostos majoritariamente por homens e possuíam proporção não desprezível de africanos. Isso demonstra a importância da reprodução desses plantéis via mercado. Naturalmente, é preciso não relegar o fato de que, mesmo então, as crianças formavam quase 20% da população cativa, indicando que a possibilidade da formação de famílias escravas foi um fato que ocorreu desde sempre na Campanha. Os dados referentes à década de 1840 sugerem que a compra de escravos vindos de fora do município, sobretudo de africanos, tenha diminuído, provavelmente em razão do difícil

---

<sup>12</sup> As conclusões referentes a Alegrete estão organizadas em um artigo ainda inédito: FARINATTI, Luís Augusto. *As mãos e os pés dos criadores de gado: os trabalhadores da pecuária nas estâncias da Campanha (século XIX)*. Para comparações com a presença da escravidão na República do Uruguai, veja-se o importante estudo de Borucky, Stalla e Chagas (2004).

momento que a pecuária sulina enfrentou, à mercê de guerras, epizootias e secas. Ocorreu, assim, um movimento que vinha no sentido da diminuição do percentual de homens e de adultos entre os escravos de Alegrete, acentuando-se após o final do tráfico atlântico de cativos, em 1850. Todavia, esse foi um processo que apresentou matizes diferenciados.

Em trabalho anterior, verificamos o percentual dentre os criadores de gado que continuavam sendo senhores de escravos após 1850. Conforme mostram os dados da tabela “5”, os resultados apontam que os grandes pecuaristas puderam manter-se como senhores de escravos, mas o mesmo não ocorria com os produtores mais modestos. No mesmo estudo referido acima, comparamos a evolução do preço de um escravo jovem (entre 16 e 25 anos) e do preço dos novilhos que os criadores vendiam às charqueadas e que consistiam em sua principal fonte de receita, conforme expresso na tabela “6”. Trata-se de indagar qual era a quantidade de novilhos eram precisos para comprar um escravo.

Ainda que o preço de um escravo jovem ascendesse constantemente e de forma acentuada logo após 1850, sua valorização não chegou a ultrapassar a dos novilhos, minimizando os efeitos do encarecimento dos cativos para os criadores, especialmente para os grandes estancieiros, ainda ao longo de toda aquela década. Isso ajuda a compreender a grande presença de escravos em uma estatística provincial datada de 1858, que listou os trabalhadores empregados no costeio do gado em diversos estabelecimentos de alguns municípios da província do Rio Grande do Sul. Esse documento tem sido amplamente utilizado pelos historiadores (Bell, 1998; Osório; 1999; Maestri, 2002; Zarth, 2003) como argumento em favor da importância do trabalho escravo na pecuária e traz os dados expressos na tabela “7”.

Ao menos no caso de Alegrete, pode-se supor que foram listados ali apenas aqueles peões mais constantes, que permaneciam pelo menos um ano nas estâncias. Ainda assim, é bastante possível que tenha havido um sub-registro nesse item. De qualquer forma, o que interessa assinalar aqui é o fato de que, mesmo nos últimos anos da década de 1850, quando os escravos atingiram seu mais alto preço, o emprego de cativos no trato da pecuária continuava sendo muito importante em Alegrete. Naturalmente, o final do tráfico atlântico de cativos deve ter prejudicado a reprodução da mão-de-obra escrava no município. Entretanto, ao menos na década de 1850, os grandes estancieiros parecem ter conseguido oferecer alguma resistência à drenagem de seus cativos pelas áreas mais capitalizadas - como as da grande lavoura e mesmo o litoral rio-grandense, com seus estabelecimentos charqueadores -, sobretudo em virtude de que o principal produto de suas estâncias, o gado vendido para as charqueadas, valorizou-se acima dos escravos naquele período. Essa conjuntura modificou-se na década seguinte, com a grande desvalorização experimentada pelo gado, que parece ter se refletido largamente em todos os plantéis de cativos pertencentes a pecuaristas do município. Mesmo que todos os criadores inventariados que possuíam mais de 1.000 reses continuassem a ser proprietários escravos, a média desses trabalhadores por



inventário baixou, o que também aconteceu com a proporção de homens em seus plantéis (Farinatti, 2005b).

Para efeitos deste trabalho, é importante notar que o acesso ao trabalho cativo, essencial para a produção pecuária e também para outras atividades das estâncias, tais como a agricultura, os serviços domésticos e as construções e reparos, foi uma clivagem importante na diferenciação econômica que marcou a distância entre os diversos estratos de criadores de gado em Alegrete. Após o final do tráfico atlântico de cativos, em 1850, apesar de sofrerem com a crise, os grandes criadores conseguiram atenuá-la, e o fizeram em detrimento dos pequenos produtores. Naquele contexto, os grandes estancieiros lograram fazer com que suas escravarias se caracterizassem por um percentual mais significativo de homens adultos. Enquanto isso, as crianças e as mulheres abundavam nos plantéis pertencentes aos pequenos criadores. Ao mesmo tempo, a própria posse de cativos era um recurso limitado a um número cada vez menor dentre estes produtores mais modestos.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Os estudos dos inventários *post mortem* permitem elaborar uma caracterização inicial da concentração dos rebanhos e dos diferentes níveis em que a pecuária era praticada em Alegrete. Em conformidade com a visão tradicional da Campanha, a principal produção pecuária no município estudado era a criação de gado vacum, destinada à venda de reses para as charqueadas. Havia também produções acessórias de potros, muares, lã, couro e produtos agrícolas. Contudo, a análise da concentração dos rebanhos apontou para uma imagem mais complexa do que a polarização entre pecuaristas de enorme vulto e trabalhadores assalariados, com uma presença residual de alguns poucos escravos. A pecuária bovina era desempenhada no município por criadores de diversas envergaduras produtivas. Havia um estrato superior de grandes estancieiros que tinham sempre a propriedade da terra e concentravam a maior parte do gado. Contudo, a maioria dos criadores de gado de Alegrete era formada por um variado estrato de medianos e pequenos produtores, certamente com muitas diferenças entre si, que criavam em terras próprias ou alheias.

2. Ao longo do período trabalhado, o estrato dos grandes estancieiros encolheu, mas seguiu concentrando a maior parte do rebanho. Essa concentração inclusive cresceu: se os criadores com mais de 2.000 reses eram 38% entre 1831 e 1840 e concentravam 87% dos rebanhos; na década de 1860 eles eram apenas 15% e concentravam 82% de todo o gado vacum presente nos inventários. A configuração agrária que aparece nos inventários nos anos finais do período estudado apresenta diferenças significativas em relação

à de trinta anos antes. O novo contexto era marcado por uma pequena elite de grandes criadores que imperava sobre uma base cada vez maior de pequenos produtores, em sua maioria também proprietários de terras. Naquele contexto, a posse de escravos foi também um fator importante para a definição da concentração dos recursos produtivos. Os grandes criadores, que sempre possuíam as maiores escravarias, concentravam também uma maior proporção de escravos homens adultos. Essas diferenças tornaram-se ainda mais decisivas com o advento da conjuntura de crise trazida pelo fim do tráfico atlântico de cativos, em 1850. Por certo, todas essas transformações sofreram influência da já comentada diminuição dos rebanhos entre 1840 e meados da década seguinte, bem como da reiteração da pecuária praticada de forma extensiva em um contexto de fronteira agrária fechada. Mas apenas a continuidade da pesquisa em termos mais intensivos poderá autorizar a emissão de conclusões mais sólidas sobre o tema.

3. Assim, este estudo da configuração agrária de Alegrete no meado do século XIX permitiu apontar a presença de produtores de diversos espectros econômicos e mapear as transformações ocorridas na concentração de alguns dos principais recursos produtivos ao longo daquelas quatro décadas. Naturalmente, temos consciência do caráter bastante inicial dessas conclusões. A partir delas, uma miríade de temas de pesquisa se abre para o pesquisador interessado em estudar a história social e econômica daquele universo rural. Citemos alguns deles:

- Um estudo sobre a atuação daquela “elite” pecuária, seus investimentos, estratégias sociais, diversificação de atividades, os enlaces comerciais que estabeleciam com os mercados do litoral rio-grandense, mas também com os portos platinos e com as províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios. Afinal, apesar de estar se tornando cada vez mais difícil reproduzir o padrão da grande criação, um pequeno grupo conseguiu fazê-lo e manteve-se como concentrador dos principais recursos produtivos. E isso ocorreu no contexto do embate e do estabelecimento de relações com outros agentes e grupos sociais que buscavam sobreviver, manter-se como produtores autônomos, ascender econômica e socialmente, ampliar seu espaço de liberdade e romper o cativo (estes dois últimos aspectos no caso dos escravos).

- Uma investigação acerca da experiência dos sujeitos no contexto daquela zona de fronteira. Uma área amplamente transitada, onde habitantes de ambas as bandas dos incertos limites nacionais estavam amarrados por laços familiares, comerciais, militares e políticos. É de total interesse um estudo de como aqueles sujeitos manejaram a existência de soberanias distintas e em persistente mutação, sobretudo ao longo da primeira metade do século XIX.

- Uma análise mais profunda sobre os trabalhadores da pecuária, livres e escravos. Enfim, um estudo que ajude a tornar menos opaco o que já foi chamado de “o fundo da população da Campanha”.

- O caminho que estamos seguindo vai no rumo de um trabalho mais intensivo com as fontes documentais, buscando mapear trajetórias individuais e familiares, tornado possível, assim, evidenciar as relações sociais que conectavam aqueles que chamamos aqui, de um modo bastante abstrato, de “grandes” e “pequenos” criadores (estes, sobretudo, caracterizados por uma enorme diversidade). Nesse sentido, o estudo das estratégias sociais das organizações familiares que atuavam em diversos níveis do social tem-nos permitido problematizar e repensar pontos da própria evolução histórica apresentada neste artigo. Esses, no entanto, são assuntos para próximas conversas.

## TABELAS E GRÁFICOS

As tabelas e gráficos estão aqui entremeados, obedecendo a ordem na qual aparecem no texto.

**TABELA “1”**  
**Participação dos tipos de animais no rebanho total**  
**Alegrete, 1831-1870**

	1831-40		1841-50		1851-60		1861-70	
	Animais	Valor	Animais	Valor	Animais	Valor	Animais	Valor
<b>Bovinos</b>	84,6%	88,4%	75,7%	84,6%	62,7%	84,5%	72,4%	84,2%
<b>Equinos</b>	8,0%	9,2%	19,1%	13,3%	22,5%	10,6%	13,0%	11,1%
<b>Ovinos</b>	7,3%	1,3%	4,5%	0,6%	13,4%	2,8%	13,0%	3,7%
<b>Muares</b>	0,2%	1,2%	0,7%	1,5%	1,6%	2,1%	0,9%	1,0%

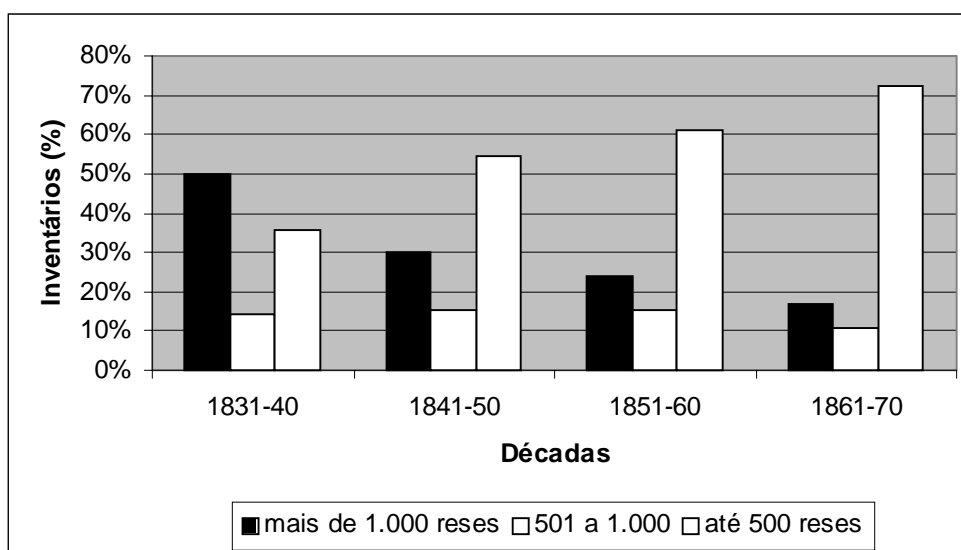
**Fonte:** Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. 1831 a 1870. APRS

**TABELA “2”**  
**Distribuição do rebanho bovino entre os produtores**  
**Alegrete, 1831-1870**

<b>Dimensão do rebanho</b>	<b>Inventários</b>	<b>%</b>		<b>Reses</b>	<b>%</b>	
+ de 2.000 reses	32	17,7		235.635	57,7%	
1.001 a 2.000	21	11,6%	<b>29,5%</b>	83.878	20,6%	<b>78,3%</b>
501 a 1.000	25	13,8%	<b>13,8%</b>	41.063	10,1%	<b>10,1%</b>
101 a 500	60	33,1%		31.544	7,7%	
Até 100 reses	43	23,8%	<b>56,9%</b>	16.007	3,9%	<b>11,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>181</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>408.127</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fontes: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartórios de “Órfãos e Ausentes”, “Cível e Crime” e da “Provedoria”. APRS.

**GRÁFICO “1”**  
**Concentração dos rebanhos**  
**Alegrete (1831-1870)**



Fonte: 181 inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. 1831 a 1870. APRS

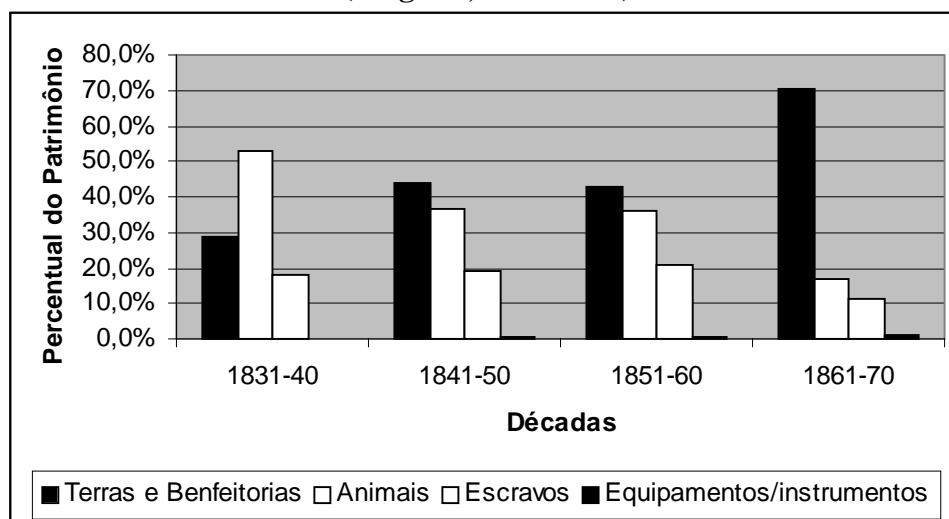
**TABELA “3”**  
**Produtores com Terras - Alegrete, 1831-1870**

Rebanho	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70	Geral
+ de 2.000 reses	100%	100%	100%	100%	100%
de 1.001 a 2.000	60%	100%	88,9%	100%	85,7%
de 501 a 1.000	33,3%	60%	77,8%	80%	64%
de 101 a 500	33,3%	50%	72%	72,2%	63,3%
até 100 reses	16,7%	30%	81,8%	75%	58,1%
<b>TOTAL*</b>	<b>59,5%</b>	<b>60,6%</b>	<b>79,7%</b>	<b>78,7%</b>	<b>71,3%</b>

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. 1831 a 1870. APRS

\* Esse são os percentuais de criadores com terras no universo total de criadores da década e não a média das médias de cada estrato.

**GRÁFICO “2”**  
**Composição do patrimônio produtivo - Inventários *post mortem***  
**(Alegrete, 1831-1870)**



Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. 1831 a 1870. APRS<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Foram considerados “equipamentos”: carretas, carretões e carretilhas de transporte; moinhos; roda de ralar mandioca, taxa para fazer farinha, prensa com o mesmo fim quando não estavam incluídos no valor da casa que abrigava a atafona. Foram considerados “instrumentos”: laços; facas; marcas de ferro; enxadas; machados; arados; cavadeiras; pás e instrumentos de carpintaria.

**TABELA “4”**  
**Preços médios das terras em Alegrete**  
**1831-1870**

	Preços médios do hectare em £	Preços médios da légua quadrada em £ <sup>14</sup>
<b>1831-40</b>	0,113	492,23
<b>1841-50</b>	1,004	527,07
<b>1851-60</b>	1,789	862,49
<b>1861-70</b>	3,579	1.393,92

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. 1831 a 1870. APRS

**TABELA “5”**  
**Criadores de gado que possuíam escravos**  
**(Alegrete, 1831-1870)**

	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70
<b>+ de 2.000 reses</b>	100%	100%	100%	100%
<b>de 1.001 a 2.000</b>	100%	100%	100%	100%
<b>de 501 a 1.000</b>	100%	100%	78%	80%
<b>até 500 reses</b>	67%	88%	84%	61%
<b>TOTAL</b>	<b>86%</b>	<b>82%</b>	<b>85%</b>	<b>68%</b>

Fontes: 181 inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. A. 1831-1870. APRS.

<sup>14</sup> Agreguei aqui o valor da légua quadrada, em libras esterlinas, porque essa era a medida verdadeiramente presente no cotidiano da Campanha no século XIX. Jamais houve referência a hectares no período estudado, mas sim a légua, ½ légua, ¼ de légua ou braças quadradas no caso de extensões menores.

**TABELA “6”**  
**Preço dos escravos jovens em relação aos novilhos**  
**(Alegrete, 1832-1870)**

	<b>Preço médio do novilho<sup>15</sup></b>	<b>Preço de um escravo jovem, em mil-réis<sup>16</sup></b>	<b>Preço de um escravo jovem, em novilhos</b>
<b>1832</b>	7\$000	500\$000	71 novilhos
<b>1847-50</b>	9\$000	600\$000	67 novilhos
<b>1851-54</b>	15\$000	1:000\$000	67 novilhos
<b>1856-57</b>	24\$000	1:500\$000	63 novilhos
<b>1869-70</b>	12\$000	1:000\$000	83 novilhos

**Fontes:** 181 inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. A. 1831-1870. APRS.

**TABELA “7”**  
**Estâncias e trabalhadores da pecuária em quatro municípios**  
**(Rio Grande do Sul, 1858)**

<b>Municípios</b>	<b>N. de estâncias</b>	<b>Capatazes</b>	<b>Peões livres</b>	<b>Peões escravos</b>
Alegrete	391	124	159	527
Rio Pardo	40	32	34	173
São Borja	568	171	339	153
Santa Maria	90	55	86	143

**Fonte:** “Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem, e criam por ano, e do número de pessoas empregadas em seu costeiro”. Estatísticas, M.2, A. 1858. AHRs.

<sup>5</sup> Os anos que estão na tabela foram os selecionados porque ali foi possível dispor de um maior número de referências a preços de novilhos prontos para serem vendidos às charqueadas.

<sup>6</sup> Consideramos aqui “escravo jovem”, aquele que tinha entre 16 e 25 anos.

## BIBLIOGRAFIA REFERIDA

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benyamin. *História Rural Del Uruguai Moderno, vol. I*, . Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BORUCKY, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855)*. Magallanes: Pulmón Ediciones, 2004.

BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (ORG.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 07-28.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983.(Dissertação de Mestrado).

COSTA, Rogério Haesbaert. *Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

FARINATTI, Luís Augusto. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 1999. (Dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. *Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: História – Unisinos, v. 8, agosto-dezembro de 2003, pp. 253-276.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e pecuária na fronteira sul do Brasil: primeiras notas de pesquisa (Alegrete, 1831-1850)*. Niterói: Anais do II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), 2004. Artigo apresentado como comunicação e publicado na íntegra em CD-ROOM.

\_\_\_\_\_. *Muitos rebanhos e pequenas lavouras: produção agrária na Campanha Rio-grandense (1831-1870)*. Porto Alegre: Anais do I Encontro do Grupo de Trabalho em História Agrária da ANPUH-RS, 2005a. Artigo apresentado como comunicação e publicado na íntegra em CD-ROOM.

\_\_\_\_\_. *Escravos nas estâncias e nos campos: escravidão e trabalho na Campanha Rio-grandense (1831-1870)*. Conservatória: Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2005b. Artigo apresentado como comunicação e publicado na íntegra em CD-ROOM.



FOLETTTO, Arlene Guimarães. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos de Cima da Serra: paisagem agrária e estrutura produtiva em São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. (Dissertação de mestrado)

FREITAS, Décio. O Gaúcho: O Mito da Produção sem Trabalho. In: DACANAL, J.H. e GONZAGA, S., *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GARAVAGLIA, Juan C. “Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815)”. In: FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

\_\_\_\_\_. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GARCIA, Graciela Bonassa. *Os domínios da terra: transformações na estrutura agrária da Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: Anais do I Encontro do Grupo de Trabalho em História Agrária da ANPUH-RS, 2005. Artigo apresentado como comunicação e publicado na íntegra em CD-ROOM.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

GELMAN, Jorge; GARAVAGLIA, Juan C.; ZEBERIO, Blanca. *Expansión Capitalista y Transformaciones Regionales – Relaciones sociales y empresas agrarias en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2000.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG – História Social, 2002. (Dissertação de mestrado)

GOLIN, Tau. *Fronteira*. II volumes. Porto Alegre: L&PM, 2002 (vol I) e 2004 (vol. II).

HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG – História Social, 2002. (Dissertação de mestrado).

MAESTRI Mario. *O Escravo no rio Grande do Sul. A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

\_\_\_\_\_. *O cativo e a fazenda pastoril sul-riograndense*. In:\_\_\_\_\_. *Deus é Grande, o Mato é Maior – trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.

MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999. (Tese de Doutorado).

PESAVENTO, Sandra. República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

SCHMITT, Roberto. *Ruina y Ressurrección em Tiempos de Guerra. Sociedad, economía y poder em el Oriente Entrerriano post-revolucionario, 1810-1852*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

SOUZA, Suzana Bleil; PRADO, Fabrício Pereira. “Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX”. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 121-148.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

\_\_\_\_\_. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.